

Artigo / Article

Uma roteirização midiática para a pandemia de Covid-19 no Brasil

A media script for the Covid-19 pandemic in Brazil

Patricia Ferreira Neves Ribeiro 

Universidade Federal Fluminense, Brasil
patricianeves@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0001-9532-0098>

Luciana da Silva Gomes 

Universidade Federal Fluminense, Brasil
lucianasilvagomes74@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-7986-8340>

Recebido em: 30/09/2023 | Aprovado em: 03/02/2024

Resumo

Diante da crise pandêmica provocada pela expansão de um novo coronavírus, representante incontestável de perigo eminente à saúde pública, constata-se uma enorme mobilização das mídias para a divulgação de informações sobre esta crise sanitária de proporções planetárias. Dentro desse contexto, o presente artigo visa identificar como são ativados e quais são os imaginários sociodiscursivos que orientam a construção de roteiros narrativos acerca da doença no decorrer de 2021, em capas do Jornal *O Globo*, publicação de enorme circulação no Estado do Rio de Janeiro. Para esse mapeamento, esta pesquisa visa tanto debruçar-se, em perspectiva microtextual, sobre recursos linguístico-discursivos que emergem dessa notícia, quanto voltar-se, em dimensão macrotextual, sobre o modo de organização narrativo. Para isso, o estudo fundamenta-se no arcabouço teórico-metodológico da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso (Charaudeau, 2012).

Palavras-chave: Discurso midiático em capa de jornal • Semiolinguística • Recursos linguístico-discursivos • Imaginários sociodiscursivos • Efeitos de sentido.

Abstract

Faced with the pandemic crisis caused by the spread of a new type of coronavirus, an undeniable representative of an imminent danger to public health, there has been a huge mobilization of the media towards disseminating information about this health crisis of global proportions. Within this context, this article aims to identify how and which socio-discursive imaginaries are activated

to guide the construction of narrative scripts about the disease throughout 2021 on the covers of *O Globo*, a news outlet with huge diffusion in the State of Rio de Janeiro. For this mapping, this research aims to focus, from a microtextual perspective, on linguistic-discursive resources that emerge from this text, as well as dealing, in a macrotextual dimension, with the mode of narrative organization. To this end, the study is based on the theoretical-methodological framework of the Semiolinguistic Theory of Discourse Analysis (Charaudeau, 2012).

Keywords: Media discourse on the covers of newspapers • Semiolinguistics • Linguistic-discursive resource • Scripting Narrative • Socio-discursive imaginary.

Introdução

Em março de 2020, a população mundial foi surpreendida por um novo tipo de coronavírus, o SARS-CoV-2, causador de uma nova doença, denominada Covid-19, altamente contagiosa e possivelmente letal. Face à gravidade desse fato, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a instauração de uma inequívoca pandemia.

Diante desse acontecimento, este artigo¹ pretende refletir sobre uma roteirização da narrativa midiática brasileira hegemônica estabelecida para a pandemia do novo coronavírus, em atenção a imaginários sociodiscursivos orientadores dessa encenação discursiva. A partir da descrição desse roteiro midiático, almejamos detectar imaginários, relativos a seres e a cenas de vida, que orientam a roteirização narrativa produzida especialmente no jornal *O Globo*, de grande circulação nacional, no decorrer do segundo ano pandêmico.

Após defender que o imaginário sociodiscursivo resulta de uma “vasta rede de intertextos” oriundos de “mini narrativas que descrevem seres e cenas de vida, fragmentos narrados [...] do mundo que revelam sempre o ponto de vista de um sujeito” (Charaudeau, 2010, p. 32), Charaudeau afirma que o imaginário sociodiscursivo apresenta uma dupla função relativamente à apreensão do mundo: a de criação de valores, relacionados aos saberes, e a de justificação de ações, vinculadas aos julgamentos sobre o mundo apreendido (2017b, p. 578). Essa dupla função pode ser concebida tanto no âmbito das práticas sociais quanto no espaço das relações pessoais.

Assim, destaca o autor que todo sujeito comunicante possui um projeto de fala, que é permeado pelo seu conhecimento de mundo (atinentes a valores) e pelos julgamentos que faz dele (relacionados à justificação dos atos). Desse modo, a instância midiática de produção, *O Globo*, mais especificamente, na realização de seu projeto de fala, almejando seduzir e influenciar o seu público-alvo, produz atos de linguagem que são verdadeiras narrativas que

¹ O presente artigo sintetiza um dos aspectos tratados na dissertação de mestrado intitulada *Um Roteiro Midiático para a Pandemia do Novo Coronavírus*, de autoria de Luciana da Silva Gomes, e defendida, sob orientação da Professora Doutora Patrícia Ferreira Neves Ribeiro, junto ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense no ano de 2022.

se encontram circunscritas a imaginários sociodiscursivos suscitadores de valores e justificadores de ações.

Neste sentido, este artigo, a partir da roteirização narrativa, visa refletir sobre práticas sociais de comunicação em plano nacional e sobre nós mesmos, como cidadãos, e nossos comportamentos, enquanto atores idealizados por veículos de mídia e atuantes nesse cenário constituído como um “real significante”, a criar valores – a serem desvendados – e ações, cujas justificativas devem ser interpretadas, no âmbito do que Charaudeau (2017b) define como imaginários sociodiscursivos.

Respaldados pelo nosso *corpus*, compreendemos que estamos diante de narrativas pandêmicas reconstituídas por um contador compósito, que, neste caso, corresponde à instância narrativa midiática (jornalista, fotógrafo, diagramador, editor etc.). Nessa perspectiva, Charaudeau (2018) declara estarmos diante de um meganarrador, que se encontra liberto das restrições de simultaneidade. Em decorrência disso, lhe é permitido empreender, conforme ressalta o estudioso (2018, p. 159), “um trabalho de montagem, de roteirização, numa posição semelhante à do narrador de uma narrativa de ficção”, sem, entretanto, desvincular-se do dever de credibilidade.

Entre a credibilidade e a dramatização, posiciona-se esse meganarrador midiático cujo trabalho de roteirização nos interessa flagrar neste artigo com vistas à captura de certos imaginários sociodiscursivos. Trabalho esse cujos efeitos de sentido não podem ser dominados plenamente pela instância midiática, como bem salienta Charaudeau (2018, p. 277), ao afirmar que “seria enganoso fazer crer que a instância midiática pode dominar a totalidade dos efeitos que saem da máquina de informar”.

Este artigo vincula-se, primordialmente, à Teoria Semiolinguística, postulada por Patrick Charaudeau (2018, 2017a, 2012, 2007), na medida em que se ancora em seus conceitos principais: o ato de linguagem, os sujeitos languageiros, o processo de semiotização do mundo, o contrato comunicativo midiático e o modo de organização narrativo do discurso.

1 A elaboração de uma narrativa jornalística

A construção de uma narrativa jornalística pressupõe que haja uma instância jornalística (narrador/jornalista e coenunciadores), que possui uma intencionalidade e que esteja disposta a “contar” alguma informação a uma instância pública, os leitores projetados.

“Contar” é uma atividade languageira cujo desenvolvimento acarreta uma série de tensões e até mesmo de contradições, calcadas em um contexto discursivo. Corresponde, de uma maneira geral, a uma atividade posterior à existência de uma realidade que já ocorreu, sendo esse o caso justamente da chamada “narrativa de reconstituição” (Charaudeau, 2018, p. 157).

Em consonância com o professor Patrick Charaudeau, o filósofo Gilles Deleuze (apud Pimentel, 2010, p. 114) propõe o conceito de fabulação: “O que se opõe à ficção não é o real, não é a verdade que é sempre a dos dominantes ou dos colonizadores, é a função fabuladora dos pobres, na medida em que dá ao falso a potência que faz deste uma memória, uma lenda, um monstro”. Em outras palavras, a ficcionalização direta do real ocorre pelo falseamento do real. A fabulação, por sua vez, humaniza a realidade, tornando-a passível de compreensão.

Nesse sentido, a instância midiática hegemônica de produção – *O Globo*, no espaço do dizer, ao reconstituir uma narrativa, realiza uma espécie de fabulação, já que existe uma recriação do acontecimento bruto, que, impregnada de subjetividade, resulta da passagem por uma série de filtros construtores de sentido, conforme salienta Charaudeau.

O acontecimento, no que tange à sua significação, é sempre o resultado de uma leitura, e é essa leitura que o constrói. O acontecimento midiático, no caso, é objeto de uma dupla construção: a de uma encenação levada a efeito pela transmissão, a qual revela o olhar e a leitura feita pela instância midiática, e a do leitor-ouvinte-teleespectador que a recebe e a interpreta (Charaudeau, 2018, p. 243).

Diante disso, como o ato de contar está associado a uma narrativa, surge a primeira tensão para se fazer crer no verdadeiro, na realidade. Para Charaudeau (2012, p. 154), “essa tensão [...] manifesta-se nas narrativas por intermédio de procedimentos que realizam efeitos discursivos de realidade e de ficção”. O meganarrador – conceito a ser delineado adiante –, portanto, ao descrever uma sequência de ações, precisa prioritariamente contextualizá-la.

Sob essa ótica, a instância midiática de produção, no papel de testemunha esclarecida, ao relatar e comentar os acontecimentos relativos à pandemia do novo coronavírus no Brasil está atenta às restrições situacionais do contrato de comunicação e às estratégias de captação. Portanto, elabora um roteiro narrativo-midiático segundo a lógica narrativa e sua organização com base no princípio da intencionalidade (Charaudeau, 2012, p. 168): o anúncio do desencadear de um conflito (problema/falta); a exibição das imagens posteriores ao conflito (busca) e a ação de socorro (estado final). Além disso, coloca em cena três tipos de atores: vítimas, responsáveis e salvadores, que, a depender do enfoque dado pela mídia a cada um deles, provocam, respectivamente, no público-alvo, um determinado efeito, nomeadamente compaixão, simpatia ou antipatia.

A título de ilustração, as notícias acerca da pandemia do novo coronavírus no biênio 2020-2021 são provenientes de uma escolha temática objetiva e simbólica. São relatadas em conformidade com um modo discursivo que descreve os fatos detalhadamente, ocasionando não só um efeito de objetividade, mas também uma descrição dramatizante, promovendo, também, efeito de ficção. Consequentemente, podem despertar, no quadro da ficcionalidade, um efeito emocional de medo e de angústia no leitor, dentre outros possíveis.

De acordo com Ferreira (2003, p. 340), na garantia da veracidade do real e na interpelação do outro, “fato ou ficção, portanto, passam a ser caracterizados como tais pelas relações entre lugar de enunciação do discurso que os constrói e lugar de recepção/reconstrução

do mesmo. Dependem do discurso da história que atravessa o acontecimento discursivo, que corta toda produção cultural humana”.

Nesse sentido, no caso da roteirização midiática impressa, constatamos que suas narrativas, sendo reconstituídas, salientam ser a instância midiática instituída como uma espécie de “meganarrador” (Charaudeau, 2018, p.157), que se encontra liberto das restrições da simultaneidade. Por conseguinte, lhe é permitido empreender, conforme Charaudeau (2018, p. 159), “um trabalho de montagem, de roteirização, numa posição semelhante à do narrador de uma narrativa de ficção”, sem, entretanto, desvincular-se do dever de credibilidade.

Sob esse prisma, “contar” é ainda elaborar um universo de representação das ações humanas por intermédio de um duplo imaginário pautado em dois tipos de crença que se referem ao mundo, ao ser humano e à verdade (Charaudeau, 2012, p.154). As notícias jornalísticas apresentadas neste artigo retratam um testemunho histórico sobre a pandemia do novo coronavírus e procuram reconstruir objetivamente uma parte da realidade passada, visando tirar dos indivíduos a ignorância sobre os acontecimentos cotidianos.

Ao fazê-lo, contudo, constrói-se ainda assim, um universo contado entre realidade e ficção, que, na busca da captura de sua unidade, apresenta uma “tensão entre o imaginário de uma *realidade fragmentada e particular* e o de uma *idealização homogênea e universal*.” (Charaudeau, 2012, p. 156, itálicos do autor). Tal construção responde ao que é próprio mesmo da narrativa midiática: ser compósita e transitar entre esses dois imaginários, uma vez que sua tarefa consiste em:

reportar os acontecimentos do mundo que ocorreram em locais próximos ou afastados daquele em que se encontra a instância de recepção. O afastamento espacial do acontecimento obriga a instância midiática a se dotar de meios para descobri-lo e alcançá-lo. Ela o faz utilizando as indústrias dos serviços de informação (agências), mantendo pelo mundo uma rede de colaboradores (correspondentes), solicitando informações da parte de diversas instituições ou de grupos sociais (fontes oficiais ou oficiosas), apelando para todo tipo de testemunhas (Charaudeau, 2018, p. 135).

O imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas a imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações. Ao descrever o mecanismo das representações, aventamos com outros a hipótese de que a realidade não pode ser aprendida enquanto tal, por ela própria: a realidade nela mesma existe, mas não significa. A significação da realidade procede de uma dupla relação: a relação que o homem mantém com a realidade por meio de sua experiência, e a que estabelece com os outros para alcançar o consenso de significação. A realidade tem, portanto, necessidade de ser percebida pelo homem para significar, e é essa atividade de percepção significativa que produz os imaginários, os quais em contrapartida dão sentido a essa realidade (Charaudeau, 2017a, p. 203).

A *narrativa* é uma totalidade, que pretende contar um fato. Para isso, simultaneamente, descreve ações e qualificações. Logo, emprega os modos de organização do discurso *Narrativo* e *Descritivo* (componentes da *narrativa*), cuja distinção é estabelecida por meio da visão de mundo que constroem e pelos papéis desempenhados pelo sujeito que descreve ou narra.

Dessa forma, verificamos que o princípio de organização narrativo é constituído por dois níveis: a estrutura lógica e a superfície semantizada. A estrutura lógica pode ser considerada a “espinha dorsal” da narrativa, na medida em que a construção da sucessão de ações constituirá a trama da história, o enredo; já a superfície semantizada permite a organização da encenação narrativa, pois viabiliza que essa história se torne um universo narrado. Nesse sentido, é possível atender ao princípio de fechamento (princípio/fim) e à lógica sintática, que viabiliza realizar operações de redução ou de amplificação na estrutura da narrativa (Charaudeau, 2012).

Assim, o modo de organização narrativo pode ser definido por uma dupla articulação: a organização da lógica discursiva (sucessão de ações) e a organização da encenação discursiva (representação narrativa contada). Enquanto a primeira centra-se no mundo referencial, a segunda volta-se para o universo narrado. Vale salientar, em conformidade com Charaudeau (2012, p.158), que, tanto sobre o mundo referencial, em sua organização lógico-narrativa, quanto sobre o modo de enunciação do universo contado, age um sujeito narrante sobredeterminado por uma relação contratual.

A lógica narrativa compõe a trama de uma história enquanto hipótese de construção e cuja elaboração depende de três componentes (Charaudeau, 2012, p.160): os actantes, que assumem funções associadas à ação da qual dependem, enquanto categorias discursivas; os processos, que relacionam os actantes entre si, enquanto categorias de organização discursiva, na medida em que uma ação deve estar correlacionada com as outras ações; e as sequências, que associam processos e actantes em uma finalidade narrativa conforme determinados princípios de organização.

Convém ressaltar que esses componentes são garantidos em função de alguns procedimentos e que, na análise do *corpus*, nos interessam, principalmente, os componentes 1 (actantes) e 3 (as sequências e seus princípios).

Sobre os componentes 1, vale destacar que os referidos actantes, apresentam-se como responsáveis por assumir diferentes papéis associados à ação da qual dependem. Por estarmos diante de categorias de discurso (e não de categorias de língua), a fim de que possamos perceber o papel narrativo dos actantes, faz-se primordial que analisemos o contexto em que ocorre o enunciado e sua finalidade narrativa.

Ao abordamos os processos discursivos que se encontram engendrados na narrativa jornalística de *O Globo*, percebemos que há dois tipos primordiais de função narrativa: uma *principal*, que determina as grandes articulações da história, numa lógica de *causa* e *consequência*, e uma *secundária* também importante para a totalidade da narrativa, a completar de diversas formas os espaços entre as grandes articulações da história (Charaudeau, 2012, p. 164).

Diante do nosso *corpus*, assumimos, por hipótese, que, na roteirização midiática proposta pelo jornal *O Globo*, em termos amplos, a narrativa principal determina uma

articulação da história pautada na seguinte lógica de causalidade: o esvaziamento quanto à importância dada pela sociedade à pandemia em relação às orientações fornecidas pela Ciência no decorrer do biênio 2020-2021 provocou a morte incessante da população brasileira. Tal fato se deve, provavelmente, à falta de competências e capacidades plenas em letramento em saúde, na medida em que muitas pessoas parecem não ter desenvolvido a capacidade de pensar e construir significados a partir de diferentes situações culturais e sociais dentro do domínio específico da saúde. Por conseguinte, não foram capazes de “compreender, avaliar e aplicar informação em saúde de forma a formar juízos e tomar decisões no cotidiano sobre cuidados de saúde, prevenção de doenças e promoção da saúde” (ARRIAGA, 2019, p. 11). Logo, não souberam exercer sua cidadania de forma efetiva e não puderam perceber seus direitos e deveres diante da grave crise sanitária que se apresentava. Consequentemente, não puderam se prevenir do vírus SARS-CoV-2, tornando-se vulneráveis a ele.

As funções principais e secundárias são organizadas de acordo com os princípios de coerência (da não arbitrariedade quanto à sucessão das ações), intencionalidade (interligada à motivação do sujeito falante, que imputa uma finalidade à narrativa ao elaborar um projeto de fazer), encadeamento (resultado da associação entre os dois princípios anteriores) e localização (fornecedor de pontos de referência – espaço, tempo e actantes – para a organização da trama narrativa) (Charaudeau, 2012, p.166). Todavia, convém salientar que essa hierarquização só pode ser estabelecida em relação à totalidade do contexto narrativo.

Ainda sobre a intencionalidade, é válido acrescentar que ela é delineada como “a tomada de consciência mais ou menos clara, por um sujeito, de uma *situação de falta* na qual se encontra, situação que vai desencadear *o desejo/projeto de preencher essa falta (a busca)*”. (Charaudeau, 2012, p. 168). Tal afirmação corrobora o fato de que somos dotados de uma intenção. Esse princípio, portanto, organiza toda a sequência narrativa, pautada na seguinte tríade, de vital importância para esta pesquisa: o início da ação surge a partir de uma falta, havendo, para preenchê-la, um processo de busca; a atualização da busca visa à obtenção do objeto que preencherá essa falta; o final da realização do processo ocorre por meio do êxito ou do fracasso do alcance do objeto da busca.

Sobre essa organização da lógica narrativa, segundo o princípio da intencionalidade, vale ressaltar que, mais especificamente, diante do *corpus* do trabalho, realizaremos uma análise que considera outra dinâmica de roteirização narrativa. Trata-se da possibilidade de estabelecimento de um roteiro narrativo subsidiado na relação tecida entre diferentes matérias sob uma dinâmica horizontalizada de leitura, em conformidade com o já defendido por Conceição (2020), Feres, Ribeiro e Monnerat (2021).

Sobre o princípio de encadeamento, por sua vez, vale dizer ainda que ele se funda sobre quatro tipos: sucessão, em que as sequências ocorrem de modo linear e consecutivo; paralelismo, em que as sequências, regidas por actantes-agentes diferentes, desenvolvem-se de modo independente, sem que haja um elo de causa e efeito, possibilitando cruzarem-se num certo momento, ou convergirem no final; simetria, em que as sequências se realizam em pares,

com actantes-agentes diferentes, provocando que a realização positiva de uma gere a realização negativa da outra, simultaneamente; e encaixe, em que as sequências podem conter micro sequências a fim de esmiuçar determinados aspectos.

Com relação aos procedimentos de configuração da lógica narrativa, destacando que se trata do resultado de uma encenação (Charaudeau, 2012, p.175), vale frisar que a intemporalidade dos componentes e a estrutura são essenciais para a sua descrição. Logo, a passagem da lógica intemporal à organização particular de uma configuração narrativa é ratificada por intermédio de procedimentos vinculados à motivação intencional, à cronologia, ao ritmo e à localização espaço-temporal e que se guiam pelos diversos princípios de organização supracitados.

Feita a síntese dos princípios da lógica narrativa, com destaque para o de maior interesse nesta pesquisa, *o da intencionalidade*, abordaremos, na sequência, a encenação da narrativa jornalística, a partir da ótica do (mega)narrador.

2 A encenação de uma narrativa jornalística

Segundo Charaudeau (2012, p. 184), a encenação narrativa articula dois espaços de significação: um espaço externo ao texto e um espaço interno ao texto. O primeiro, vinculado ao extratextual, compreende os dois parceiros da troca linguageira – o autor e o leitor reais. Logo, são seres que possuem identidade psicossocial e são associados, respectivamente, ao sujeito falante e ao sujeito receptor-interpretante do dispositivo geral da comunicação. O segundo, pertencente ao intratextual, engloba os dois sujeitos da narrativa – o narrador e o leitor-destinatário. São seres de identidade discursiva e são correlacionados ao enunciador e ao destinatário do dispositivo geral da comunicação.

Nesse sentido, o dispositivo da encenação da narrativa reconstituída é construído a partir da configuração da narrativa, que abarca os procedimentos de identidade, o estatuto e os pontos de vista do narrador textual. Sob essa perspectiva, notamos que esses procedimentos estão imbricados e são orientados pelo (mega)narrador compósito, que propõe um trabalho de montagem/roteirização midiática acerca da pandemia do novo coronavírus no biênio 2020-2021 semelhante a uma narrativa de ficção. Essa roteirização é estruturada da seguinte forma: abertura, reconstrução, comentário explicativo e fechamento.

Charaudeau (2012, p. 186) ressalta, ainda, que o “narrador é um ser de papel (ou de fala) que existe no mundo da história contada”, podendo exercer essa função como um historiador ou como um contador. Ele é, pois, considerado o protagonista da encenação narrativa e equivale ao sujeito enunciador.

Enquanto narrador-historiador, ele organiza a representação da história contada de modo bastante objetivo e fidedigno à realidade dos acontecimentos, sob efeitos de realidade advindos de uma visão objetiva do mundo e resultante de um consenso social. Visa contar os

acontecimentos do mundo que ocorreram próximos ou afastados daquele que se encontra a instância de recepção, o leitor do jornal. Para isso, recorre a arquivos, agências de informação, documentos etc. Em relação ao leitor, o narrador-historiador o considera como um destinatário de uma história contada que deve recebê-la como representação fiel de uma história real. É também conferido ao leitor-destinatário a possibilidade de verificação da veracidade dos fatos narrados.

Já o narrador-contador visa organizar a história como pertencente a um mundo inventado e, por essa razão, supõe que o leitor seja o destinatário de uma história contada, isto é, ficcional, cujo efeito, conforme Charaudeau (2012, p.188), “responde ao desejo de se ver vivendo numa história que tem um começo e um fim, ou seja, numa unidade do eu. Daí a razão de ser do ‘herói’ que participa, por definição, desse universo ficcional”.

Diante da classificação de narrador elaborada por Charaudeau, depreendemos que, ao nos pautarmos em narrativas de cunho jornalístico, o próprio jornalista parece tangenciar entre assumir o papel de historiador ou o papel de contador. Tal postura provém do seu desejo de contar o fato noticiado de forma neutra, imparcial e objetiva, visto que almeja conduzir a leitura do leitor para os efeitos visados pela instância de produção.

Sob essa perspectiva, o discurso jornalístico, pautado pelo modo de organização narrativo, apresenta-se à instância de recepção de modo coerente. Por meio de uma atitude projetiva, o leitor do jornal *O Globo* identifica-se com os actantes e com a história narrada. Nesse sentido, o sujeito destinatário, ao identificar-se com o projeto de escritura, pode ser convencido a aderir ao proposto pelo sujeito comunicante. Ancorados, então, no pressuposto de que narrar é convencer, por meio de implícitos e de estratégias relacionados ao modo narrativo, Feres ressalta que

a construção textual é preparada para expor *dramaticamente* fatos, situações, relações pessoais, para que o sujeito interpretante seja não somente afetado pela patemização programada na textualização, mas, indiretamente, convencido de uma ideia, ou ainda levado a agir de uma determinada maneira (Feres, 2019, p. 21).

Como as notícias jornalísticas possuem uma tese implícita que é compreendida por meio do enredo e têm como objetivo incutir ideias, revelando causas, consequências e circunstâncias, apresenta também uma dimensão argumentativa. Assim, as mídias almejam captar o leitor a partir de um blefe, uma vez que “a narrativa se dá em detrimento da referencialidade do acontecimento, o qual, no entanto, fundamenta o contrato de informação.” (Charaudeau, 2018, p. 135). Nesse sentido, o blefe não é visto de forma pejorativa, mas como natural ao contrato de informação midiático, que desliza entre a credibilidade e seus efeitos de objetividade e a dramatização, com seus efeitos de ficção.

Na perspectiva de Charaudeau (2012, p. 194), a narrativa jornalística apresenta, ainda, o estatuto do narrador, “que pode esconder-se ou manifestar-se por procedimentos de intervenção diversos”. Em decorrência disso, faz-se necessário identificar a relação expressa entre o narrador e a história contada. Trata-se de uma relação complexa, uma vez que leva em

consideração o estatuto do narrador (Quem conta a história de quem?), sua identidade (Quem fala?) e seu ponto de vista sobre as personagens da história. Nessa perspectiva, o narrador torna-se a instância que conta. Segundo Charaudeau (2012), há três modos de atuação para esse narrador, sendo de interesse para a nossa pesquisa aquele que conta a história de um outro.

Ainda segundo Charaudeau (2018, p. 133), a instância midiática é responsável por noticiar acontecimentos que se situam numa contemporaneidade temporal. É necessário, pois, realizar a aproximação de dois momentos opostos na cadeia temporal, o do surgimento do acontecimento e o do consumo da notícia.

Depreende-se dessa cadeia, portanto, o quanto a noção de atualidade é indispensável ao contrato midiático, guiando, inclusive, as escolhas temáticas. Assim, a efemeridade e a a-historicidade do discurso de informação midiático são explicadas. Sob esse prisma, de acordo com Charaudeau (2018, p. 134), “o tempo só se impõe ao homem através do filtro de seu imaginário e, para as mídias, através do imaginário da urgência.”. Esse imaginário da urgência decorre da necessidade de o acontecimento ser noticiado rapidamente, sem demora, à instância receptora. Por essa razão, de vazios a urgências constrói-se a atualidade com uma sucessão de notícias, percebida por meio de uma leitura horizontal (de edição em edição) do periódico, em um avançar sem fim e, talvez, até mesmo por antecipação.

A fim de observar como a instância midiática narra a pandemia de Covid-19 em função do seu projeto de dizer, da sua intencionalidade e de dado imaginário sociodiscursivo orientador, apresentamos, na próxima seção, a análise de notícias referentes à pandemia do novo coronavírus no jornal *O Globo* no ano de 2021.

3 O *Globo* sob análise

Buscamos verificar, nesta seção, como a construção de sentido relativa ao tema do novo coronavírus é produzida na narrativa midiática roteirizada nas capas do jornal *O Globo* e flagrar a produção de sentido no âmbito de um roteiro narrativo, construído entre as diferentes capas desse periódico, no segundo ano pandêmico. Pretendemos, ainda, mapear a construção de sentido projetada por meio de construções linguístico-discursivas no quadro da semiotização do mundo (Charaudeau, 2007), focalizando, especialmente, a operação de causação. Para isso, examinamos três notícias de capa selecionadas, referentes aos meses de março, junho e dezembro do ano de 2021.

O critério utilizado para esse recorte temporal ocorre em função de procurarmos alinhar os meses de acordo com o segundo ano (2021) de instalação da pandemia no país. Pelos limites de espaço impostos por esta publicação, optamos por recortar o corpus, referente a 2021, em torno dos três meses (março, junho e dezembro) que simbolizam a síntese de momentos marcantes da crise sanitária no Brasil. Além disso, dentro do quadro de uma leitura horizontalizada desse periódico, consideramos que essas notícias foram as mais relevantes para a análise do nosso *corpus* no ano de 2021.

LINHA D'ÁGUA

Notícia 1: **Recorte da capa do Jornal O Globo de 08/03/2021**

NÚMERO DE NOVAS INFECÇÕES JÁ SUPERA EM 30% PICO DA PANDEMIA

Sem isolamento social e com variantes mais contagiosas, país ultrapassa 60 mil casos ao dia

CORPO DO TEXTO: “A terceira onda da pandemia no Brasil cresce vertiginosamente. Impulsionado pela baixa adesão no isolamento e pelas variantes altamente transmissíveis, o número de casos de Covid-19 vem aumentando de forma consistente e superou os 60 mil ao dia, patamar 30% superior ao pico de 46 mil em julho de 2020, informa ANA LUCIA AZEVEDO. No Rio Grande do Sul, a alta foi de 50%. Projeção indica que o país pode chegar a cem mil casos diários após a Semana Santa. ‘Chegamos a um nível de desgraça inimaginável. É muito importante que a população entenda o risco que corre’, alerta Domingos Alves, pesquisador da USP.”

Fonte: www.vercapas.com.br (08 mar.2021).

Segundo o modo de organização narrativo da notícia de capa em tela, o título principal “Número de novas infecções já supera em 30% pico da pandemia” apresenta o “novo coronavírus”, em as “infecções” (por Covid-19), como um *actante narrativo, que age*. Isso quer dizer que as infecções pelo novo coronavírus são responsáveis pela ação de agir rapidamente – “supera” – com o propósito, ainda que de forma não voluntária, de contaminar a população brasileira. Estamos, pois, diante de um grave *PROBLEMA*, caracterizado, no corpo do texto, como uma verdadeira *FALTA* no jogo narrativo – “baixa adesão ao isolamento” e “variantes altamente transmissíveis”. Desse modo, o vírus da Covid-19 é considerado *agressor*, visto que comete o malefício de infectar as pessoas. O novo coronavírus o faz de *maneira involuntária e direta*, na medida em que, respectivamente, não é consciente e há um afrontamento direto que resulta na contaminação da população, a qual permanece vulnerável ao novo coronavírus. Expõe-se, assim, claramente, um *PROBLEMA/FALTA* no cenário brasileiro. A ação de superar “em 30% pico da pandemia” possibilita ao imaginário coletivo dos sujeitos interpretantes atribuir *qualificações negativas* de inabilidade e desorganização, por parte das autoridades públicas e de uma parcela da população, quanto, sobretudo, às medidas de respeito ao isolamento social: “impulsionado pela baixa adesão ao isolamento [...] o número de casos [...] vem aumentando”.

De acordo com o correspondente em Paris do grupo Bandeirantes, Milton Blay (2021, p. 54), esse cenário pandêmico foi construído devido ao surgimento de novas variantes do coronavírus em países que não adotaram, de imediato, as políticas sanitárias emitidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como o Reino Unido, a África do Sul, o Brasil e os Estados Unidos. O jornalista ressalta que “segundo os cientistas da Duke University, uma das mais prestigiosas dos Estados Unidos, outras cepas chegarão, provavelmente mais contagiosas e mortais, em face da insistência de autoridades como o presidente brasileiro [Jair Bolsonaro] em deixar o vírus circular”.

Do título principal, em convergência com as demais partes da matéria e com a citação acima, notamos que, sob o *processo de semiotização do mundo*, existe uma grande tensão provocada pelas “infecções por Covid-19” junto a “autoridades públicas” e ao “pesquisador da

USP, Domingos Alves”, uma vez que a *causação* – dada pela informação da existência tanto da baixa adesão ao isolamento, quanto de novas variantes altamente transmissíveis – reverbera a ação de “superar”, desempenhada pelo *actante involuntário agressor* – “novas infecções pela Covid-19”. Essa referência à ação de superar (indicando a gravidade do problema), em razão das informações anteriormente citadas (a indicar a causação da ação de superar), tende a, em termos de visada patêmica, impulsionar o sujeito interpretante – a população brasileira – a ficar em casa, aderindo, assim, ao isolamento social, já que autoridades públicas não parecem fazê-lo. A fim de procurar resolver o *PROBLEMA* que expôs a fragilidade da vida humana diante da iminência de contaminação pelas “variantes altamente transmissíveis e contagiosas” e conseguir êxito ao diminuir o nível de contágio, o corpo do texto nos alerta sobre a necessidade de preservação. Comprova essa atitude de alerta, a produção de efeitos de sentido advindos, por exemplo, do contraste entre as expressões “cresce vertiginosamente” e “impulsionado pela baixa adesão” e ratificados, na sequência, pelo uso dos quantificadores presentes nas construções “superou os 60 mil ao dia”, “patamar 30% superior” etc., que indicam precisamente a gravidade do *PROBLEMA* sanitário em que a sociedade brasileira está inserida. Trata-se de “uma desgraça inimaginável”, como alerta o *actante – benfeitor e aliado* – o pesquisador da USP Domingos Alves.

Notícia 2: **Recorte da capa do jornal O Globo de 11/06/2021**

TEMERIDADE

COM SÓ 11% VACINADOS, BOLSONARO QUER DISPENSAR USO DE MÁSCARA

Queiroga diz que é preciso imunizar antes, mas admite que fará estudo

CORPO DO TEXTO: “Diante de quase 500 mil mortos pela pandemia e no dia em que o Ministério da Saúde anunciou redução, pela quinta vez, das doses de vacina para junho, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o titular da pasta, Marcelo Queiroga, iria publicar parecer liberando do uso de máscara quem se vacinou ou teve Covid. Queiroga negou que dispensará o uso da proteção agora e reafirmou a necessidade de vacinar a população, mas admitiu fazer estudo. Na CPI da Covid, há dois dias, ele ressaltou a importância das máscaras. O relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), disse que a declaração de Bolsonaro prova que a gestão da crise sanitária é feita no Palácio do Planalto, ‘pelo presidente ou pelo gabinete paralelo’. Especialistas criticaram a fala do presidente com veemência, com apenas 11% da população tendo recebido a segunda dose. A Fiocruz alertou que a ocupação das UTIs no país permanece em níveis muito altos.

LEGENDA: Tom de provocação: O presidente Bolsonaro na cerimônia: ‘Acabei de conversar com um tal de Queiroga. Ele vai ultimar um parecer visando a desobrigar o uso de máscara’.”

Fonte: www.vercapas.com.br (11 jun. 2021).

O sobretítulo “Temeridade” está alinhado com o título principal “Com só 11% vacinados, Bolsonaro quer dispensar uso de máscara”, pois, desde o início da pandemia de Covid-19, a Ciência exalta a importância do uso de máscara como forma de prevenir a doença.

Para exemplificar, recorreremos à reportagem “Especialistas criticam medida proposta por Bolsonaro de desobrigar vacinados e quem já se infectou de usar máscara”, postada no portal de notícias do jornal *O Globo*, no dia 11 de junho de 2021:

LINHA D'ÁGUA

O infectologista Julio Croda, professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, alerta que *as vacinas não evitam a contaminação de quem já foi imunizado*. Isso significa que essas pessoas têm menos chances de contrair a forma grave da Covid-19, mas que podem transmitir o vírus. *Máscaras formam uma barreira física ao vírus*, o que impede a contaminação de pessoas que não estão infectadas. *Por isso, enquanto a taxa de contágio continuar alta e o percentual de vacinados estiver no nível atual, todos precisam usar máscaras*. (Alfano, 2021, *itálicos nossos*).

Em consonância com Croda, a pneumologista da Fiocruz, Margareth Dalcomo, alerta que mesmo os imunizados podem adoecer. Para ela, “embora as vacinas que estamos usando sejam de muito boa taxa de proteção, elas não fazem milagre quando a transmissão na comunidade está muito alta. Enquanto nós não diminuirmos o contágio e obtivermos uma taxa de vacinação de 70%, ainda estamos sob risco”.

É relevante acrescentar, ainda, que o próprio chefe do Executivo sancionou a Lei Federal nº 14.019², de 2 de julho de 2020, que torna obrigatório o uso de máscaras de proteção individual em espaços públicos e privados durante a pandemia de Covid-19.

Do título principal, portanto, em consonância com o *modo de organização narrativo*, percebe-se, primeiramente, a presença de um *actante narrativo que sofre a ação* e que está implícito na referência a “só 11% vacinados”. No caso da notícia em tela, de acordo com o corpo do texto, só uma pequena parcela da população brasileira já recebeu a segunda dose. Em outras palavras, essa ação recai sobre a população ainda não vacinada, cerca de 91%, na medida em que a parcela ainda não imunizada parece ser afetada pela ação de o presidente querer dispensar o uso da máscara. Sendo assim, em consequência, depreende-se, no quadro da organização narrativa, que essa parte da população é vista como *vítima*, pois é afetada negativamente “pela liberação das máscaras”.

Tal medida almejada por um *actante que age* – o presidente em 2021, Jair Bolsonaro – acaba por caracterizá-lo como um *agressor*, do ponto de vista de várias autoridades públicas conforme apresentado no corpo do texto, a saber: (i) do próprio ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que “negou que dispensará o uso de máscara agora”; (ii) do relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), que disse que “a gestão da crise sanitária é feita no Palácio do Planalto, ‘pelo presidente ou pelo gabinete paralelo’”; (iii) de especialistas que “criticaram a fala do presidente com veemência”; (iv) e da Fiocruz, que alerta para o fato de que “a ocupação das UTIs no país permanece em níveis muito altos”.

Nessa direção, o sobretítulo “Temeridade” corrobora o caráter *agressor* do *actante agente*. Consequentemente, o desejo do presidente à época de “dispensar uso de máscara” é concebido como imprudente na *BUSCA* do combate ao problema gerado pela propagação do novo coronavírus.

² A Lei 14.019, de 2 de julho de 2020, pode ser encontrada no Diário Oficial da União, edição 126, seção 1, página 2, publicada em 03 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.019-de-2-de-julho-de-2020-264918074>. Acesso em: 20 mai. 2024.

A escolha de apenas um item lexical para o sobretítulo – “Temeridade” – valoriza o fato a ser narrado pela instância midiática de produção. Desperta, de maneira implícita, o fazer sentir do sujeito interpretante, desencadeando-lhe uma rejeição. Também a mensagem expressa no sobretítulo, embora curta, é densa, visto que intensifica a visada patêmica de temor, por parte dos *actantes-vítimas* – a população brasileira – de ser contaminada pelo vírus da Covid-19. Depreende-se, portanto, uma correspondência entre o conteúdo produzido pela instância midiática *O Globo* e o conhecimento de mundo do sujeito interpretante, de modo que, além de sensibilizá-lo para a possibilidade de contaminação pelo novo coronavírus, caso não use máscara, a instância midiática *O Globo* também deve descrever, contar e explicar os fatos, a fim de transmitir credibilidade e captar os seus leitores.

Diante do título principal, “Com só 11% vacinados, Bolsonaro quer dispensar uso de máscara”, em conformidade com as demais partes da matéria, notamos que, sob o *processo de semiotização do mundo*, uma tensão é apresentada entre os *actantes narrativos frente à descrição da cena narrada*. Estabelece-se uma discrepância entre o desejo de dispensar o uso de máscara pelo presidente da República para as pessoas que já receberam as duas doses do imunizante contra a Covid-19, ou que já tiveram a doença, e a comunidade científica e outras autoridades políticas, na medida em que a *causação*, segundo o corpo do texto, revela que, apesar de o Brasil estar “diante de quase 500 mil mortos pela pandemia”, de o Ministério da Saúde “anunciar a redução, pela quarta vez, das doses de vacina”, de a Fiocruz alertar que “a ocupação das UTIs no país permanece em níveis muito altos”, de o Brasil ter “apenas 11% da população com as duas doses da vacina contra Covid-19”, o presidente da República mostra-se indiferente e opta por desconsiderar todos esses indícios de que a pandemia de Covid-19 não está controlada no país na *BUSCA* para o combate à Covid-19. O *modus operandi* do governo Bolsonaro fez com que o Brasil precisasse enfrentar duas crises durante a pandemia – a crise sanitária provocada pelo coronavírus e crise política provocada pelo próprio presidente da República e seus apoiadores (Santos, 2021; Blay, 2021; Birman, 2020; Reinach, 2020). As ações de minimizar a gravidade da pandemia, de impor o interesse econômico acima da vida humana, de banalizar a morte, de desrespeitar o isolamento social, de desacreditar a Ciência, de demorar a adquirir vacinas contra a Covid-19, de semear a desconfiança nas vacinas, de não haver políticas públicas a fim de mitigar o impacto da pandemia na vida das pessoas, de disseminar notícias falsas acerca da pandemia, de acreditar na imunidade de rebanho, dentre outras, são a CAUSA do ultimato – dispensar o uso de máscara – exigido pelo presidente da República ao ministro da Saúde, apesar de termos apenas 11% da população vacinada. Em decorrência dessa situação comunicativa, verifica-se uma incongruência do presidente da República em “querer dispensar uso de máscara” e as críticas veementes de especialistas. Diante dessa cena enunciativa, promove-se, no imaginário coletivo dos sujeitos interpretantes, não só a inquietação sobre a eficiência da gestão federal diante da crise sanitária que assola o país e o mundo, mas também a dúvida sobre a (in)capacidade do Estado em gerir essas crises e sobre confiança nas instituições. Lembra o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2021, p. 263):

a dignidade é o modo de viver que permite a potência de viver, entendida como florescimento (e não apenas a sobrevivência) da vida e a máxima afirmação das suas potencialidades. Respeitar a vida humana engloba o respeito por todas as formas de vida que tornam possível a vida humana; este é um dever fundamental.

Notícia 3: **Recorte da capa do jornal O Globo de 25/12/2021**

REAÇÃO COORDENADA

Secretários anunciaram que não seguirão exigência do Ministério da Saúde

Estados se negam a pedir receita para vacinação infantil

CORPO DO TEXTO: “Estados e municípios reagiram ontem ao anúncio do ministro Marcelo Queiroga de que a imunização de crianças de 5 a 11 anos ocorreria com pedido médico. Após se reunir pela manhã, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde divulgou nota informando que não fará pedido de receita antes da aplicação da vacina. O conselho de secretarias municipais também avalia que não há necessidade da exigência. Entre os gestores, o sentimento é de indignação diante da medida, que consideram ‘absurda’. Embora o governo federal seja responsável pela compra e distribuição das vacinas, estados e municípios têm autonomia para determinar critérios de aplicação. O governador de São Paulo, João Doria, e o prefeito do Rio, Eduardo Paes, confirmaram que não exigirão o atestado.”

Fonte: www.vercapas.com.br (25 dez.2021)

No sobretítulo, é apresentado ao sujeito interpretante o sintagma nominal “Reação coordenada”. Ao empregar o substantivo abstrato “reação”, depreende-se que se trata de uma resposta a uma ação anterior. No caso do assunto em questão, refere-se ao fato de o Ministério da Saúde exigir atestados médicos de pediatras para que crianças entre 5 e 11 anos possam ser vacinadas contra a Covid-19, como destaca o corpo do texto “[...] anúncio do ministro Marcelo Queiroga de que a imunização de crianças de 5 a 11 anos ocorreria com pedido médico”. Do que se extrai do fragmento em tela, flagra-se um movimento tortuoso por parte do governo federal em criar dúvida e gerar incertezas nos pais e na sociedade em geral acerca da vacinação infantil. Por conseguinte, percebe-se que, novamente, no que tange à vacinação, *parece não haver uma tentativa de solucionar o problema da disseminação do novo coronavírus no Brasil*. Convém salientar que, nesta data, 25 de dezembro de 2021, nos encontramos diante da expansão da variante Ômicron e que, no dia anterior, “o grupo de especialistas criado para assessorar o Ministério da Saúde no combate ao coronavírus divulgou que a variante Ômicron amplia o risco de infecção de crianças e defendeu a vacinação urgente desse público³”.

De acordo com o *quadro do modo de organização narrativo*, estamos longe de um provável *ESTADO FINAL*, uma vez que o governo federal é “responsável pela compra e distribuição de vacinas”, conforme afirma o corpo do texto. O qualificador “coordenada”, todavia, demonstra a união de Estados e municípios brasileiros contrários à barreira criada pelo

³ Informação transcrita de “Estados dizem que não vão exigir pedido médico para vacinação de crianças”, publicada no portal de notícias *GI*, no dia 24 de dezembro de 2021, às 19h37, e disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2021/12/24/estados-prefeituras-exigencia-pedido-medico-para-a-vacinacao-de-criancas.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2024.

governo federal para a vacinação infantil. Face a esse cenário turbulento, constata-se, ainda pelo corpo do texto, que “estados e municípios têm autonomia para determinar critérios de aplicação”. Logo, o *RESULTADO*, no *continuum* da organização narrativa projetada pela instância midiática, esperado pelo governo federal foi *fracassado*, já que, após consulta e audiência pública, o Ministério da Saúde convocou uma coletiva de imprensa, no dia 05 de janeiro de 2022, para informar que a vacinação infantil deveria começar na terceira semana de janeiro, em torno do dia 14 do corrente mês, segundo Rodrigo Cruz, secretário-executivo do Ministério da Saúde.

Em consonância com o *modo de organização narrativo* delineado na notícia em tela, o título principal, “Estados se negam a pedir receita para vacinação infantil”, apresenta os governos estaduais, “Estados”, como *actantes narrativos, que agem*. Em outras palavras, os Estados são os responsáveis e os executantes da ação de vacinar o público infantil com a dose pediátrica do imunizante da farmacêutica Pfizer sem a necessidade de atestados médicos. Do corpo do texto, constatamos que governos municipais compartilham da ideia dos governos estaduais. Por essa razão, são concebidos como *aliados e benfeitores*, à medida que se associam a outros actantes, visto como seus *aliados* – a farmacêutica Pfizer, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) – para defender a população infantil brasileira, agindo diretamente sobre os adversários implícitos – o vírus da Covid-19 e o governo federal. Os governos estaduais e municipais o fazem de maneira *voluntária*, uma vez que são conscientes – eles querem vacinar as crianças entre 5 e 11 anos. Trata-se de um ato intencional, pois, segundo o corpo do texto, apesar de a diretiva exigida pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, obrigar o receituário médico no ato da vacinação das crianças, “o governador de São Paulo, João Doria, e o prefeito do Rio, Eduardo Paes, confirmaram que não exigirão o atestado”.

Com essa atitude, almeja-se que o *PROBLEMA* seja *RESOLVIDO* antes do prazo imaginado pelo governo federal, que se revela resistente à vacinação de crianças entre 5 e 11 anos, na medida em que posterga a imunização desse público-alvo, mesmo após a vacina infantil da Pfizer ser chancelada pela Anvisa no dia 16 de dezembro de 2021 e ter a comunidade científica favorável à sua aplicação. No entanto, os governos estaduais e municipais pretendem fazer essa imunização de forma indireta, já que necessitam de um intermediário – o laboratório Pfizer –, que até o dia 31 de dezembro de 2021 ainda não tinha divulgado um cronograma de entrega dos imunizantes.

A imunização do público infantil contra o vírus da Covid-19, de acordo com o Ministério da Saúde, ocorrerá somente em torno do dia 14 de janeiro de 2021. Assim, de *actante oponente*, o governo federal assume o caráter de *aliado*, visto que, depois de quase um mês, decide vacinar as crianças como desejam governadores e prefeitos.

Enquanto a ação do Ministério da Saúde em “exigir (receita médica)” permite ao imaginário coletivo dos sujeitos interpretantes inferir *qualificações negativas* de inoperância, de morosidade, de descrédito à Ciência e à equipe técnica da Anvisa, de procurar obstruir a

LINHA D'ÁGUA

vacinação infantil; a ação dos Estados e municípios, ao contrário, suscita a *qualificação positiva* de eficiência na condução do enfrentamento à pandemia, embora esse ato dependa da compra e distribuição das vacinas por parte do governo federal, conforme lemos no corpo do texto: “Embora o governo federal seja responsável pela compra e distribuição das vacinas [...]”.

Além disso, observamos que, sob o *processo de semiotização do mundo*, esse título principal, na convergência com as demais partes da matéria, evidencia um possível desentendimento entre o governo federal e os governos estaduais e municipais no que tange à vacinação infantil contra a Covid-19, visto que a conjunção subordinativa concessiva “embora” expressa em “Embora o governo federal seja responsável pela compra e distribuição das vacinas, estados e municípios têm autonomia para determinar critérios de aplicação” sinaliza que, de acordo com Azeredo (2012, p. 333, itálico nosso), “na variante concessiva de expressão contrastiva, um certo fato ou ideia é representado como *um dado irrelevante* para o conteúdo do restante do enunciado”.

Por essa razão, o fato de caber ao governo federal a compra e a distribuição as vacinas perde tal importância ao ter o seu conteúdo informado por meio de uma oração subordinada adverbial concessiva. Por conseguinte, segundo o autor (Azeredo, 2012, p. 334), “esvazia a força causal ou argumentativa do fato que ela anuncia, de modo que o conteúdo da oração principal passa a representar o contrário do que se espera”.

Em outras palavras, o enunciado “estados e municípios têm autonomia para determinar critérios de aplicação” assume enorme importância na *BUSCA* por um *RESULTADO POSITIVO* na batalha pela imunização infantil, haja vista que essa afirmação se coloca como resistência ao obstáculo imposto pelo Ministério da Saúde, que, no final, não impediu que as crianças, de fato, fossem vacinadas. A expectativa criada pelo poder outorgado ao Ministério da Saúde em comprar e distribuir as vacinas não o legitima a determinar critérios de aplicação da vacina. Logo, seu objetivo de atrasar a vacinação infantil é frustrado, rejeitado e inviabilizado pelos governadores e prefeitos, visto como *actantes-opponentes* ao governo federal.

Entende-se, pois, que o fato de o governo federal ser o responsável por comprar e distribuir as vacinas (expresso pela oração subordinada adverbial concessiva) seria uma condição suficiente (e uma provável causa) para que os estados e municípios não precisassem se preocupar com os critérios de aplicação das doses pediátricas do imunizante da Pfizer. No entanto, essa preocupação se faz necessária. Isso quer dizer que o que está afirmado na oração principal – “estados e municípios têm autonomia para determinar critérios de aplicação.” – independe do que quer que se evidencie como condição suficiente, ou como possível causa, na oração concessiva.

Assim, o meganarrador expõe ao sujeito interpretante que, apesar das ações do governo federal, que expressam, argumentativamente, uma objeção, permanece assegurado o poder de estados e municípios acerca da determinação dos critérios da aplicação das doses pediátricas

contra a Covid-19, já que essas ações não constituem impedimento para governadores e prefeitos. Conforme assinala a linguista Maria Helena de Moura Neves:

pode-se dizer que, nas construções CONCESSIVAS em geral, uma ORAÇÃO CONCESSIVA combina-se com uma oração principal para expressar que algo levaria a que se mantivesse ou não se obtivesse aquilo que está proposto nessa oração principal; e, entretanto (apesar do que está na ORAÇÃO CONCESSIVA), aquilo se mantém. Isso equivale a dizer que numa construção CONCESSIVA, o fato (ou noção) expresso na oração principal mantêm-se asseverado, a despeito da proposição contida na ORAÇÃO CONCESSIVA (Neves, 2018, p. 952).

Diante desse cenário, a *causação* indica que “Estados se negam a pedir receita para vacinação infantil”. Logo, os atores da cena enunciativa encontram-se diante de uma provável solução, a curto prazo, do *PROBLEMA* – a vacinação infantil não necessitará de pedidos médicos. Esse enunciado expõe claramente a divergência entre os governos federais e estaduais, uma vez que estes colocam em xeque a postura da atuação do governo Jair Bolsonaro no enfrentamento à pandemia de Covid-19. Convém lembrar que, desde o dia 16 de dezembro de 2021, após o licenciamento da dose pediátrica da Pfizer pela Anvisa, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulga, no dia 28 de dezembro de 2021, uma nota técnica ratificando “os dados de eficácia e segurança robustos gerados no mundo” por essa vacina e que torna a “COVID-19 uma doença imunoprevenível a partir dos 5 anos de idade⁴”. É importante ponderar também que o Estatuto da Criança e do Adolescente, sancionado em 1990, pelo ex-presidente da República Fernando Collor de Melo, estabelece que “é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias⁵”. Além disso, a vacinação nessa faixa etária foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal⁶. De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, em nota publicada no dia 06 de janeiro de 2022, “a vacina previne a morte, a dor, sofrimento, emergências e internação em todas as faixas etárias. Negar este benefício às crianças sem evidências científicas sólidas, bem como desestimular a adesão [...] dos responsáveis à imunização dos seus filhos, é um ato lamentável e irresponsável [...]”.

Todavia, o Ministério da Saúde, durante a coletiva de imprensa convocada no dia 05 de janeiro de 2022, permanece exigindo o atestado médico para vacinar as crianças e contrariando o posicionamento de autoridades médicas brasileiras e dos secretários estaduais e municipais de saúde. Essa atitude reafirma a resistência do governo federal em vacinar as crianças. Demonstra, portanto, que o governo federal não consegue ou não deseja se comunicar de modo competente e apropriado com a população, alinhado à comunidade científica. Sob esse prisma, o governo federal parece não saber lidar com os desafios impostos pela pandemia do coronavírus, uma vez que age de forma alienada, implicando uma falta de conhecimento e de entendimento acerca da gravidade da doença, Covid-19. Nota-se claramente o não engajamento

⁴ Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u35/nt28.12.pdf>. Acesso em: 11 de jan. 2022.

⁵ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59876036>. Acesso em: 08 jan. 2022.

⁶ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/12/24/O-que-diz-a-lei-brasileira-sobre-a-vacina%C3%A7%C3%A3o-de-crian%C3%A7as>. Acesso em: 09 jan. 2022.

do governo federal frente ao combate a essa doença e à promoção da saúde com vistas a garantir a qualidade de vida dos cidadãos, o que é sintomático do fato de se tratar de uma gestão política não implicada em apoiar e muito menos desenvolver o aumento dos níveis de Letramento em Saúde da população (Blay, 2021).

Com o firme propósito de buscar resolver o *PROBLEMA* que coloca em evidência a urgência em se vacinar as crianças entre 5 e 11 anos, visto que a variante Ômicron amplia o risco de infecção nesse público infantil, governos estaduais e municipais visam dirimir o nível de contágio, por meio da desobrigação do “pedido de receita antes da aplicação da vacina”, conforme a resolução do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (corpo do texto). Essa atitude ratifica a autonomia de estados e municípios “para determinar critérios de aplicação”, conforme explicita a notícia.

Nesse sentido, o sujeito enunciador destaca o posicionamento enfático dos governadores “Estados se negam a pedir receita para vacinação infantil”, expressa no título principal. Essa afirmação é reiterada no subtítulo “Secretários anunciaram que não seguirão exigência do Ministério da Saúde” e no corpo do texto “estados e municípios têm autonomia para determinar critérios de aplicação”. Divulga-se, portanto, o *RESULTADO NEGATIVO* provocado pela decisão do Ministério da Saúde em privar as crianças entre 5 e 11 anos da imunização ao não as inserir imediatamente no Programa Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19. Em decorrência da cena enunciativa relatada, podemos considerar que o *RESULTADO* do objeto de *BUSCA* (vacinação do público infantil rapidamente) foi *FRACASSADO* (o Ministério da Saúde criou inúmeras barreiras para que a vacinação infantil ocorresse e postergou ao máximo uma tomada de decisão, após intervenção do Supremo Tribunal Federal).

4 O roteiro narrativo e o imaginário sociodiscursivo projetado no ano de 2021

A partir da detalhada análise das notícias de capa sobre a pandemia do novo coronavírus, publicadas no jornal *O Globo* durante o ano de 2021, constatamos que a narrativa midiática proposta delinea-se sob uma determinada orientação interpretativa. Notamos que há uma sucessão de ações delimitadas em seu princípio e em seu fim. Essas ações são motivadas pela intencionalidade do sujeito comunicante – o jornal *O Globo* –, que possui um projeto de fazer/dizer diante de seu destinatário idealizado. Nesse sentido, observamos mininarrativas que descrevem seres e cenas do cotidiano pandêmico no Brasil. Trata-se, segundo Charaudeau (2010, p. 32), de “fragmentos narrados do mundo que revelam sempre o ponto de vista de um sujeito”.

Esse sujeito, a instância midiática *O Globo*, ao relatar, no caso das notícias em tela, o acontecimento da pandemia de Covid-19 no Brasil encontra-se diante de alguns problemas, como a relação entre realismo e ficção e as restrições situacionais do contrato de informação



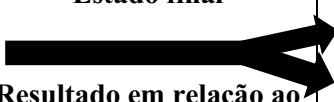
LINHA D'ÁGUA

relacionados ao desafio de credibilidade. Por essa razão, a instância midiática não pode inventar uma história. Cabe a ela relatar fidedignamente o acontecimento, visando à captação do seu público-leitor, em nome do desafio da dramatização.

Desse modo, a pandemia de Covid-19 no Brasil é transformada em narrativa midiática por meio de escolhas languageiras, com base em roteiros elaborados por um meganarrador compósito, constituído pela fonte da informação, pelo jornalista e pela redação da instância midiática.

De acordo com o princípio de intencionalidade, essa macro sequência de mininarrativas é organizada e sintetizada da seguinte forma pelo quadro 1 de roteirização da narrativa midiática, com apoio nas notícias focalizadas:

Quadro 1: Roteirização da narrativa midiática do jornal *O Globo* em 2021

(1)	(2)	(3)	(4)
Estado inicial  Falta	Estado de atualização  Busca	Estado final  Resultado em relação ao objeto da Busca	(+) êxito (-) fracasso
<p>NOTÍCIA 1 08/03/2021</p> <p>Surgimento de variantes mais contagiosas do novo coronavírus.</p> <p>Recrudescimento da pandemia no Brasil.</p>	<p>NOTÍCIA 2 11/06/2021</p> <p>Aproximadamente 500 mil mortes provocados pela Covid-19 no Brasil.</p> <p>Faltam vacinas no país.</p> <p>CPI da Covid-19.</p> <p>Medidas de isolamento mescladas com medidas de afrouxamento por parte das autoridades políticas.</p> <p>Dissonância entre a comunidade científica e o presidente da República. Este quer desobrigar o uso de máscara e aquela salienta a importância desse equipamento de proteção para evitar a contaminação pelo novo coronavírus e suas variantes.</p>	<p>NOTÍCIA 3 25/12/2021</p> <p>Governo federal impõe obstáculos para a implementação da dose pediátrica da farmacêutica Pfizer, liberada pela Anvisa, desde o dia 16 de dezembro de 2021.</p> <p>Disseminação rápida da variante Ômicron.</p>	<p>Fracasso 2021</p>

Fonte: Elaboração própria

Pelo exame dos *mecanismos linguístico-discursivos* empregados nas notícias em tela de março, junho e dezembro de 2021, relativos ao roteiro narrativo midiático constituído em dimensão macroestrutural e à operação de semiotização – causação – que o compõe em perspectiva microestrutural, verificamos que a produção de efeito de sentido foi orientada por um *imaginário sociodiscursivo de esvaziamento da importância da voz da ciência* na contenção da pandemia de Covid-19.

Embora haja um esforço hercúleo por parte da comunidade científica e dos profissionais da área da saúde durante todo o primeiro ano pandêmico, constatamos a continuação da saga pandêmica no ano de 2021. À época, entretanto, parecia que a população brasileira estava lúcida a despeito das imposições irresponsáveis do governo federal, uma vez que uma parcela da população se encontrava insatisfeita e indignada com a (in)ação do governo Bolsonaro, que, desde o início da crise pandêmica, demonstrava-se incrédulo e inoperante diante da gravidade da crise sanitária de dimensão planetária. Uma vez mais, evidencia-se, no que concerne ao nível problemático do governo quanto ao Letramento em Saúde, o impacto altamente negativo das (in)ações da gestão Bolsonaro sobre o bem-estar da população. Em contraposição, a lucidez da população atesta, inegavelmente, um nível mais elevado de Letramento em Saúde a despeito da atuação do governo naquele momento.

Já no primeiro trimestre do segundo ano consecutivo da pandemia de Covid-19, constata-se, pela roteirização narrativa do jornal *O Globo*, que, no dia 08 de março de 2021, surge uma nova *FALTA* decorrente das medidas de afrouxamento por parte dos governos federal, estadual e municipal e por parte da própria população. Há pouco ou quase nenhum isolamento social. Por essa razão, despontam novas variantes altamente transmissíveis e contabiliza-se um aumento exponencial do número de casos de Covid-19. Nos meses seguintes, depreende-se que a Ciência é a todo momento rechaçada pelo governo federal, que não há uma ação coordenada entre Ciência e autoridades políticas no enfrentamento à pandemia, que a vacinação é a principal responsável pela queda do número de mortes e de internações de casos graves por Covid-19 e que, ainda assim, o governo federal procura inviabilizar a aplicação de doses pediátricas.

Na *BUSCA* ao enfrentamento a essa crise sanitária ratifica-se a insistente postura do governo federal em negar as evidências científicas, como foi apontado ao longo das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Covid-19) e como foi amplamente divulgado nas mídias impressas e digitais. A fim de exemplificarmos concretamente essa postura, temos a tentativa de eliminar o uso de máscaras e a demora na vacinação das crianças entre 5 e 11 anos de idade, à semelhança do que ocorreu, em setembro, durante a imunização de adolescentes, e, em janeiro, com os idosos e os adultos.

Aliadas a essas (in)ações do governo federal, acrescentam-se as medidas de flexibilização orientadas pelos governos estadual e municipal. Nesse sentido, criam o ambiente propício para o surgimento de novas variantes do novo coronavírus, como a Delta e a Ômicron, e retomam algumas cenas ocorridas no início da pandemia: hospitais lotados, reabertura de

hospitais de campanha, ausência de testes, falta de oxigênio, recrudescimento da pandemia. Desse modo, pelo roteiro narrativo projetado pelo jornal *O Globo* em 2021, mais uma vez, terminamos o segundo ano pandêmico com um *RESULTADO FRACASSADO*.

Conclusão

Na organização do discurso midiático hegemônico do jornal *O Globo*, nota-se uma intencionalidade discursiva de atestar o imaginário sociodiscursivo de banalização da doença por parte da população e do governo federal. Essa intencionalidade só é observada caso o sujeito interpretante – o leitor – reconstrua todo o processo de produção do texto, feito por um meganarrador, instanciado pelo narrador-jornalista, a partir de uma leitura horizontalizada das capas do referido jornal.

Os imaginários sociodiscursivos, por sua vez, apontam para o que esse periódico pretende enunciar em suas notícias, em consonância com o alinhamento ideológico da InfoGlobo⁷. Nesse sentido, a narrativa midiática hegemônica ressalta o desleixo das instâncias políticas que afetam diretamente o bem-estar da instância cidadã.

Nas palavras do professor Azeredo:

o que quer que expressemos sempre carrega em sua formulação verbal sinais de sua vinculação cultural e histórica (geralmente, somos parte de um grande corpo social cujas representações do mundo assimilamos) e de sua contextualização social (há uma estreita relação entre nossas formas de expressão e a representação que fazemos da situação comunicativa. Assim é que nossas experiências de mundo, por mais que as consideremos íntimas e particulares, são organizadas para fins comunicativos em formas de representação compartilhadas pela comunidade, a fim de que o outro, amparado em sua própria bagagem cultural e discursiva, possa interpretar e compreender o que lhe dizemos (Azeredo, 2012, p. 83).

Nessa direção, a situação da crise político-sanitária oriunda da pandemia de Covid-19 é tecida nas narrativas presentes nesse periódico, que informam as medidas sanitárias, médicas, econômicas e sociais mais adequadas em tempos de pandemia. Essas narrativas, por sua vez, não surgem de forma natural do mundo real para o papel.

São um discurso sobre o mundo, redigidas com base *em formas narrativas*, pautadas por símbolos, estereótipos, clichês e metáforas. Além disso, muitos fatores interferem na produção de uma notícia, que vão desde o posicionamento do jornal, o empenho do jornalista, as pressões do tempo, os constrangimentos

⁷ InfoGlobo é uma instância midiática brasileira que congrega os seguintes produtos: os jornais *O Globo*, *Extra* e *Expresso*, bem como os sites *Globo* e *Extra* e a Agência *O Globo*. Reconhecida por sua credibilidade em âmbito brasileiro, possui preocupação em adequar a linguagem ao público leitor e dispõe de uma larga cobertura jornalística destinada aos fatos noticiados, dentre os quais alguns que subsidiam esta pesquisa. Ademais, essa instância midiática pretende assumir o “compromisso de levar jornalismo sério e isento à população”, segundo consta no site <<https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/institucional.aspx>>, acessado em 18 de outubro de 2020. Por conseguinte, trata-se de uma empresa brasileira do domínio midiático dotada de credibilidade e prestígio perante os formadores de opinião nacionais e internacionais.

organizacionais, as pressões políticas e econômicas, o *status* das fontes e o contexto cultural e econômico do público-alvo, entre outros (Amaral, 2019, p. 23).

Percebemos que o jornal *O Globo* enfatiza constantemente a importância da vacinação, única arma segura e eficiente, capaz de evitar a propagação do vírus e diminuir o grau de letalidade e de casos graves da doença Covid-19.

Circunscritos nesse cenário pandêmico, caberia, para o atendimento das graves demandas oriundas dessa crise sanitária, a união dos governos federal, estadual e municipal junto à comunidade científica, aos médicos, às autoridades sanitárias. É fundamental o planejamento de ações coordenadas e homogêneas no enfrentamento ao novo coronavírus. Nesse instante, a Ciência tem legitimidade e credibilidade para orientar e conduzir tanto as autoridades políticas quanto a população, a fim de minimizar a produção e a disseminação de *fake news*, sobretudo nas redes sociais.

Depreendemos, assim, que o meganarrador reconstitui as narrativas jornalísticas ao realizar um trabalho de roteirização dos fatos, ancorado em seu dever primeiro de credibilidade, sem que lhe escape, no entanto, a captação do público-alvo.

Verificamos que as notícias apresentadas nesse periódico, lamentavelmente, revelam que, no Brasil, a crise pandêmica esteve sujeita a contornos ideológicos e a disputas políticas que atrasaram as necessárias medidas sanitárias e econômicas, como o isolamento social, a aquisição de vacinas e o auxílio emergencial. Toda essa polarização mascara a ausência de ações planejadas, que poderiam evitar ou, pelo menos, minimizar o agravamento da crise sanitária e a desigualdade socioeconômica. Notamos que algumas atitudes adotadas pelo governo federal no enfrentamento à pandemia, como a não concordância com a flexibilização das medidas restritivas impostas por governadores e prefeitos e a demora na aquisição de vacinas contra a Covid-19, evidenciam a clara resistência às comprovações científicas e propiciam a maior disseminação do vírus no território nacional.

Com esta pesquisa, demonstramos que todo texto midiático agrega valores e intencionalidades que merecem ser questionados, refletidos e discutidos pela sociedade, com vistas a não se tornar “massa de manobra”, ter maior consciência acerca dos seus atos e poder atuar de forma mais crítica e efetiva nas esferas públicas e privadas. Assim, uma leitura das capas dos jornais sob o movimento de uma roteirização narrativa horizontal pode, efetivamente, permitir o alcance de dado imaginário sociodiscursivo orientador de sentidos. Nesta pesquisa, da apreciação de um roteiro midiático para a pandemia do novo coronavírus, acessamos sentidos em torno de cenas e de seres que apontaram, inevitavelmente, para o necessário resgate da vida.

Referências

- AMARAL, M. F. *Jornalismo popular*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019. 141p.
- ALFANO, B. *Especialistas criticam medida proposta por Bolsonaro de desobrigar vacinados e quem já se infectou de usar máscara*. Publicado em 10 de junho de 2021, às 21h03 e atualizado em 11 de junho de 2021, às 13h24. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/especialistas-criticam-medida-proposta-por-bolsonaro-de-desobrigar-vacinados-quem-ja-se-infectou-de-usar-mascara-25056150>. Acesso em: 10 out. 2021.
- ARRIAGA, M. T. Capacidade dos profissionais de saúde para uma melhor Literacia em Saúde do cidadão. In: LOPES, C.; ALMEIDA, C. V. (Coord.). *Literacia em saúde na prática*. ISPA, 2019. p. 15-26.
- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: PubliFolha, 2012. 583p.
- BIRMAN, Joel. *O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020. 167p.
- BLAY, M. *O vírus e a farsa populista*. São Paulo: Contexto, 2021. 256p.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. 285p.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 328p.
- CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, 2017.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 256 p.
- CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (Orgs.). *As emoções no discurso*. vol. 2. Campinas: Mercado das Letras, 2010. p. 23-56.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 11-29.
- CONCEIÇÃO, L. G. T. E. *De escândalos a guerras: narrativas jornalísticas de O Globo para orientações de imaginários sociodiscursivos*. Niterói, 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- FERES, B. S.; RIBEIRO, P. F. N.; MONNERAT, R. S. M. Discursos em rede: entre fatos, fotos e ditos. In: MOURA, J. B.; LOPES, M. (Orgs.). *Discursos, imagens e imaginários*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 73-93.
- FERES, B. S. Só acredito lendo: resistência social em contos ilustrados para crianças. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, v. 2, n. 19, p. 18-32, 2019.
- FERREIRA, R. F. *Literatura e jornalismo, práticas políticas: discursos e contradiscursos, o novo jornalismo, o romance-reportagem e o livro-reportagem*. São Paulo: Edusp, 2003. 427 p. (Ensaio de Cultura; 24)
- NEVES, M. H. M. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: UNESP, 2018. 1394p.
- PIMENTEL, M. R. Fabulação criadora: a dobra da ficção. In: PIMENTEL, M. R.. *A fabulação: a memória do tempo*. Rio de Janeiro, 2010. p. 108-141. Tese (Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras) – Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010.
- REINACH, F. *A chegada do novo coronavírus no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 118p.
- SANTOS, B. S. *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. 426p.